Dados para emissão de Nota Fiscal:

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

CNPJ: 46.643.466/0001-06 - IE: ISENTO

R. JOSÉ DE ALENCAR 123 - VL STA LUZIA - SÃO JOSÉ DOS CAMPOS / SP – CEP: 12209-904

Secretaria emitente:

SECRETARIA DE GESTAO ADMINISTRATIVA E FINANCAS

Fone:(012) 3947.8178 / E-mail: drm@sjc.sp.gov.br / Site: www.sjc.sp.gov.br

Número AF: **9840 / 2026**
Data AF: 29/10/2026
Modalidade: DISPENSA LICITAÇÃO
Nº Licitação: / Tipo:DCL
Complemento: S/CONTRATO
Proc.Interno: 120253 / 2026

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO — VIA ÚNICA

Contratado: 287279 - SUAS CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA ***CNPJ/CPF:*** 55.951.619/0001-73
Endereço: RUA DIJON Nº: 789 Compl: - Bairro: CONDOMINIO VILLAGE TAUBATE - Cidade: TAUBATE - UF: SP
Telefone: 12 991357858 ***Cel:*** 991357858 ***E-mail:*** SUASCONSULTORIA@SUASCONSULTORIA.COM.BR
Requisitante: 050.002.000.000.SECRETARIA APOIO SOCIAL AO CIDADAO / SASC/DEPTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Cond.Pagto: 15 DDL ***Nº Bloqueio:*** 14780 / 2026 ***Vínculo:*** 256 - FEAS - VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL
Nº 9058 / 2026 ***Empenho:*** 51974 / 2026 ***Cód.ficha:*** 810 / 2026 - 50.10.3.3.90.39.08.244.0009.2.043.02.5000256
Obs.: . LEI 14.133/2021 - ART. 75 / II - INF. 50.000,00 - OUTROS SERVIÇOS E COMPRAS (COMPRA DIRETA)

ITEM	QTDE	UN	CÓD.MATERIAL	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	1	SV	123110	CONTRATACAO DE CURSO DE CAPACITACAO E TREINAMENTO CAPACITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DESTINADA AOS CONSELHEIROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS E REPRESENTANTES DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL – OSCS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. QUANTIDADE DE PARTICIPANTES: ATÉ 100 (CEM) PARTICIPANTES. DATA DE REALIZAÇÃO: 12 E 13 DE NOVEMBRO DE 2026. DURAÇÃO: 02 (DOIS) DIAS CONSECUTIVOS, TOTALIZANDO 12 (DOZE) HORAS DE CAPACITAÇÃO, SENDO 06 (SEIS) HORAS POR DIA.HORÁRIO: DAS 08H00 ÀS 14H30, EM AMBOS OS DIAS. LOCAL: AUDITÓRIO G, LOCALIZADO NA AVENIDA OLIVO GOMES, Nº 250, BAIRRO SANTANA, SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP, CEP 12.211-000. MODALIDADE: PRESENCIAL. CONTEÚDO: A CAPACITAÇÃO DEVERÁ CONTEMPLAR CONTEÚDOS RELACIONADOS AO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SUAS, CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS, PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – PMAS, ATRIBUIÇÕES DOS CONSELHEIROS, SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS, INSCRIÇÃO DE ENTIDADES E SERVIÇOS NO CMAS, MARCO REGULATÓRIO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL – MROSC E CADASTRO NACIONAL DE ENTIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNEAS. METODOLOGIA: ABORDAGEM TEÓRICA E PRÁTICA, INCLUINDO ATIVIDADES PRÁTICAS, ESTUDOS DE CASO, SIMULAÇÕES DE PLENÁRIAS, ANÁLISE DE DOCUMENTOS E ELABORAÇÃO DE ENCAMINHAMENTOS E DIRETRIZES APLICÁVEIS. . CONTATO: SHEILA SAMPAIO (12)3909-2669 . ** A NOTA FISCAL DEVERÁ SER ENVIADA PARA OS E-MAILS ABAIXO: SERGIO.SALLES@SJC.SP.GOV.BR SASC.COMPRAS@SJC.SP.GOV.BR SASC.CONTRATOS@SJC.SP.GOV.BR; COORDENADOR DE GESTÃO ORÇ. E CONTRATOS CONTATO: 3909-2639 / 3909-2604 ALMOX@SJC.SP.GOV.BR / TEL: 12 3929-7059 CONTATO FINANCEIRO: 12 3947-8101 /8296 ** GENTILEZA CONFIRMAR O RECEBIMENTO DA NOTA FISCAL JUNTO AOS RESPONSÁVEIS PELOS E-MAILS INFORMADOS, PARA QUE NÃO HAJA ATRASO EM SEU PAGAMENTO. . **Prazo Entrega:**10 dia(s) **Qtde:** 1	6.600,00	6.600,00
					TOTAL	6.600,00

Local de Entrega: **AV OLIVO GOMES Nº: 250 Bairro: CENTRO Cep: 12211115**
Observação: **CEFE (AUDITÓRIO G)**

Emitente	Supervisor(a)	Chefe de Divisão	Diretor(a)
Rodrigo Luiz Visoto Faria 29/10/2026 16:21:51(UTC-03:00) SIGNIFLOW	Thais Rodrigues 29/10/2026 16:24:59(UTC-03:00) SIGNIFLOW	Bianca Canelas 29/10/2026 16:39:01(UTC-03:00) SIGNIFLOW	Valeria Mendes Valeria Aparecida Mendes de Oliveira Diretora de Planejamento e Gestão de Recursos 29/10/2026 16:57:26(UTC-03:00) SIGNIFLOW
RODRIGO LUIZ VISOTO FARIA	THAIS MENEZES RODRIGUES	BIANCA C. OLIVEIRA CANELAS	VALERIA APARECIDA MENDES DE OLIVEIRA

"ADVERTÊNCIAS: Sob pena de sujeitar-se a eventual processo administrativo e/ou judicial, a Contratada deverá observar que: 1 - Os pagamentos devidos serão feitos através de crédito em conta, preferencialmente em um dos seguintes bancos: Banco do Brasil e CEF, não sendo aceitas quaisquer outras modalidades de cobrança, como duplicatas, boletos, etc; 2 - Tendo em vista que o preço inclui a entrega no local indicado, é vedado indicar às transportadoras o recebimento do frete diretamente à Prefeitura".

OBS.: - Para cada Autorização de Fornecimento deverá ser emitida uma Nota Fiscal distinta;
- Todo Material deverá ser posto e descarregado no local de entrega fixado nesta Autorização de Fornecimento, às exclusivas expensas da contratada.
- Vide Condições Gerais de Fornecimento no verso.

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

SECRETARIA DE GESTAO ADMINISTRATIVA E FINANCAS

CONDIÇÕES GERAIS DE FORNECIMENTOS

Esta Autorização de Fornecimento (AF) foi emitida de acordo com a legislação vigente mediante observações rigorosas das especificações constantes do Edital que serão cumpridas pelo Fornecedor e garantem o direito à CONTRATANTE de impor as CONDIÇÕES GERAIS DE FORNECIMENTO abaixo, cujas cláusulas válidas para compras procedidas de licitação e para compras dispensadas de licitação nos termos da Lei Federal nº 14.133/21.

I. Deverão ser observadas, as especificações, as condições de acondicionamento, entrega, garantia, prazos, preços, forma de pagamento, incidências tributárias, etc..., vedada qualquer alteração sem a expressa autorização da CONTRATANTE, sob pena de **RECUSA** dos materiais ou recebimento definitivo do serviço.

II. Pelo descumprimento de qualquer das condições especificadas na presente Autorização de Fornecimento, fica a CONTRATADA sujeita às **SANÇÕES** abaixo descritas, sem prejuízo de eventual aplicação subsidiária das sanções previstas na legislação aplicável, no edital e no contrato, se houver:

A. **Advertência** - quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, sendo aplicada quando:

A1 - dar causa à inexecução parcial do contrato.

B. **Multa** - calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas nas letras A, B, C e D.

C. **Impedimento de licitar e contratar** - quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, sendo aplicada quando:

C1 - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

C2 - dar causa à inexecução total do contrato;

C3 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

C4 - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

C5 - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

C6 - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

D. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** - contempla as infrações administrativas previstas nos itens C1,C2.C3,C4,C5 e C6, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, conforme a sanção aqui referida, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, sendo aplicada quando:

D1 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

D2 -fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

D3 -comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

D4 -praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

D5 - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

1. As sanções previstas nas letras A,C e D poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na letra B.

2. A aplicação das sanções previstas nas letras A,B,C e D não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

3. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato.

3.1. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nas letras A,B,C e D.

III. OBSERVAÇÕES GERAIS:

1. Para cada entrega autorizada pela Autorização de Fornecimento deverá ser emitida uma Nota Fiscal.

2. Todo material deverá ser posto e descarregado no local de entrega fixado no anverso desta Autorização de Fornecimento - AF, todas as despesas decorrentes da entrega e/ou prestação de serviço correrão por conta da CONTRATADA.

Para entrega nos Almoxarifados relacionados abaixo, deverão ser cumpridos os seguintes horários:

ALMOXARIFADO CENTRAL DA ADMINISTRAÇÃO: Rua Felício Savastano, 401 - Vila Industrial - CEP 12.220-270 - das 07h30 às 11h30 e das 13h30 às 15h30. Email para envio de NF-e: **almox@sjc.sp.gov.br** - (12) 3929-7059 / (12) 3929-1051.

ALMOXARIFADO DA SECRETARIA DE SAÚDE: Rua Felício Savastano, 401 - Vila Industrial - CEP 12.220-270 - das 07h30 às 11h30 e das 13h30 às 15h30. Email para envio de NF-e: **saudenf@sjc.sp.gov.br** - (12) 3901-4144 / (12) 3901-4142.

ALMOXARIFADO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: Rua Felício Savastano, 240 - Vila Industrial - CEP 12.220-270 - das 07h00 às 11h30 e das 13h00 às 15h30. Email para envio de NF-e: **sme.follow-up@sjc.sp.gov.br** - (12) 3901-2057 / (12) 3901-2210 / (12) 3901-2120 / (12) 3901-2104.

3. Todas as informações requeridas nos campos discriminados na Nota Fiscal deverão ser preenchidas em conformidade com os dados da CONTRATANTE constantes na Autorização de Fornecimento - AF, sobretudo quanto à descrição pormenorizada do produto e/ou serviço faturado;

4. Em toda Nota Fiscal deverá ser indicado o número da respectiva Autorização de Fornecimento - AF e do número do Empenho.

5. Aplica-se à contratação o disposto na IN RFB nº 1.234/2012 e suas alterações ou outra norma que vier a substituí-la, conforme disciplinado nos arts. 2º e 3º do Decreto Municipal nº 19.417, de 26 de Setembro de 2023, que regulamenta a retenção na fonte do Imposto de Renda - IR por parte da Administração Pública Municipal.

6. Para toda Nota Fiscal cuja natureza de Operação for a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**, o pagamento fica condicionado à apresentação de cópia dos últimos recolhimentos devidos aos INSS e FGTS, assim como relatórios da GFIP, tendo como base a data de vencimento do pagamento.

7. Os pagamentos serão realizados através de crédito em conta corrente, obrigatoriamente, vinculada ao mesmo CNPJ/CPF do contratado na AF.

8. Dúvidas relativas aos pagamentos serão dirimidas pela Divisão de Tesouraria pelos telefones (12) 3947-8296 / 3947-8101 ou email **tesouraria@sjc.sp.gov.br.**